

Relatório de Gestão

 **SICOOPCOOPREM**
Cooperativa de Crédito

Sumário

Mensagem do presidente	06
Cenário econômico	08
Estrutura sistêmica	10
Nossa evolução	12
Governança corporativa	18
Demonstrações financeiras e contábeis	22
Parecer da auditoria	41
Parecer do Conselho Fiscal	43
Agência	44

Mensagem do presidente

Sinergia com os cooperados

Parceria

A previsão de retomada da economia em 2019 não se concretizou e influenciou nos planos não só do sistema de cooperativas financeiras, mas também da maioria dos nossos cooperados. No entanto, o Sicoob Cooprem, singular da Central Sicoob Uni, expandiu e superou os resultados do ano anterior, com decisiva atuação da Diretoria, colaboradores e cooperados.

Dentre as nossas ações com efeito real no desempenho do ano passado, destacamos o nosso esforço de gestão e a evolução de campanhas estruturadas com taxas mais baixas e prazos mais longos que o mercado, que proporcionaram maior alavancagem da carteira de crédito, além de maior venda de produtos e serviços, recuperação de créditos já contabilizadas em prejuízo ou provisionadas em anos anteriores e manutenção das despesas administrativas sob controle.

A influência da agropecuária em nossa região determinou também a nossa dinâmica em 2019. Como o setor teve menor impacto que os demais da economia brasileira, que vive longa estagnação, também tivemos nossos resultados amortecidos e ampliação significativa da carteira de crédito pela melhoria na produtividade e preços satisfatórios de commodities agrícolas. O efeito da desaceleração da economia internacional, principalmente, da China, foi pequeno em nossa região, mas temos convicção que o alonga-

mento deste desaquecimento deve afetar o agronegócio brasileiro – o que já está no nosso radar para os ciclos futuros.

Destaco, por fim, a importância dos nossos cooperados, que receberam positivamente as nossas campanhas de criação de novas linhas de crédito com taxas mais baixas e prazos mais longos. A sinergia e a confiança mútua do Sicoob Cooprem e seus cooperados respondem pelo seu fortalecimento e expansão ao longo dos anos. Agrega-se a interação positiva e proativa com a Central Sicoob Uni, que oferece, antes de tudo, transparência e tranquilidade para as cooperativas singulares.

Ademar do Carmo Freitas,
Presidente do Sicoob Cooprem

Cenário econômico

Ano das cooperativas financeiras

O ano de 2019 será lembrado na história do setor de crédito como um ano em que as cooperativas financeiras reforçaram e consolidaram seu posicionamento e seus diferenciais para o mercado nacional. Neste ano, as vantagens comparativas foram expostas e o 'usuário' do sistema financeiro, cooperado ou cliente, se viu no espelho e diante de realidades bem distintas. Se por um lado, o setor cooperativo dá mais opções, com mais agências, mais serviços e menos custos, fica claro a estratégia do outro lado, que é reduzir custos, menos agências, mais tarifas, menos atendimento.

O Sicoob é personalista. Para as cooperativas financeiras, o valor está no cooperado, na satisfação, na opção de ter o melhor digital e também o atendimento personalizado na cooperativa. Por isso temos um engajamento espontâneo. O nosso cooperado é nosso maior promotor.

O Sicoob é regionalista. Cada real captado é aplicado na região de abrangência daquela cooperativa - seja por crédito ou por distribuição das sobras

('lucro').

O Sicoob é barato. Enquanto os concorrentes precisam de regras para baixar suas taxas, só para citar um exemplo, o cheque especial, a cooperativa já trabalhava, em média, abaixo deste novo piso estipulado. Só um exemplo em dezenas. O Sicoob é justo. Essa é a maior bandeira da cooperativa, o que tantos tentam e nenhum faz (a não ser propaganda), ser próximo e justo com seu cooperado. O que podemos dizer é que, em 2019, esses princípios ficaram mais claros. Isso vale mais que qualquer balanço positivo ou peça publicitária.

Somos fortes na base, espontaneamente e com uma relação limpa e direta. É uma conquista histórica e mérito de tantos líderes do nosso setor.

Outro ponto importante é quanto à transparência e gestão. O Sicoob não tem números fechados. Todos são abertos. Também é, esta confiança conquistada, mais um dos aspectos que fizeram as cooperativas Sicoob manterem forte ritmo de expansão em 2019. Mais serviços, mais ativos, mais portfólio, mais

associados, mais resultados.

O cooperado sabe que, antes de tudo, vai encontrar justiça financeira e transparência no Sicoob.

Talvez sejam as cooperativas financeiras um dos poucos setores que fecharam 2019 comemorando números positivos, mas a Central Sicoob Uni e suas singulares foram além, consolidaram uma reestruturação e implantaram um planejamento estratégico que possibilitará um avanço de dois dígitos por vários anos.

Neste processo evolutivo, cabe ressaltar as competências das diretorias executivas das nossas singulares, dos nossos colaboradores e do cooperado que, em sinergia e convergência de objetivos, transformaram um plano de trabalho em um projeto real.

Agradecemos a todos, pois um trabalho coletivo é capaz de ajudar a modificar, para melhor, o sistema financeiro brasileiro.

Solidariedade

ESTRUTURA SISTÊMICA

CONFEDERAÇÃO / BANCOOB

PONTA ADMINISTRADORA
SICOOB SEGURADORA
BANCOOB DTVM
CABAL BRASIL
SICOOB PREVI

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

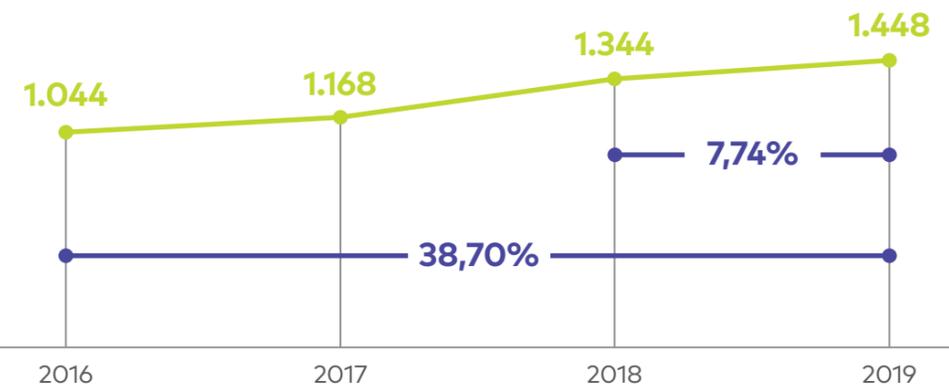
Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Responsável;
Inovação e Simplicidade.

Nossa evolução

Desenvolvimento em todos os números



COOPERADOS



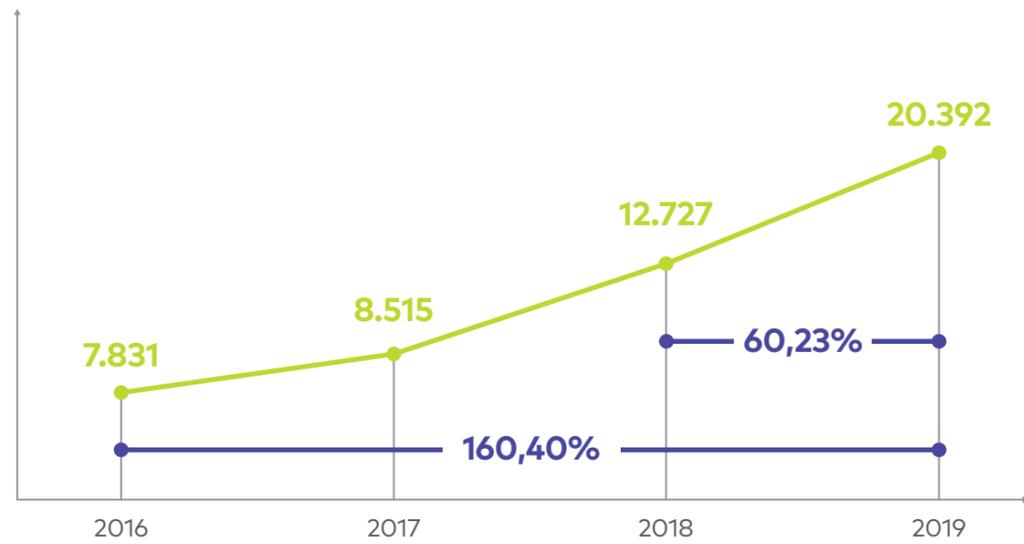
DEPÓSITOS TOTAIS

EM R\$ MIL



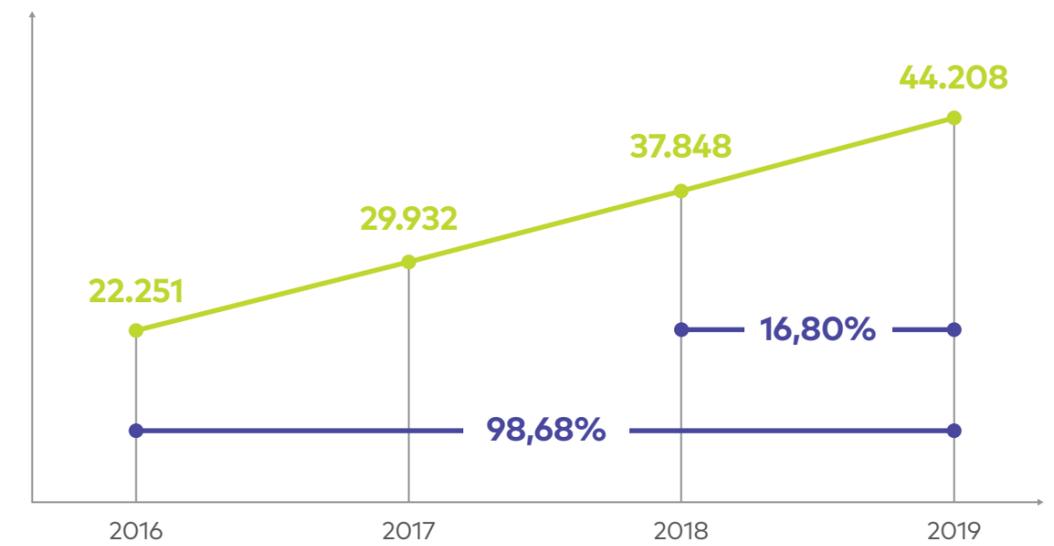
CARTEIRA DE CRÉDITO

EM R\$ MIL



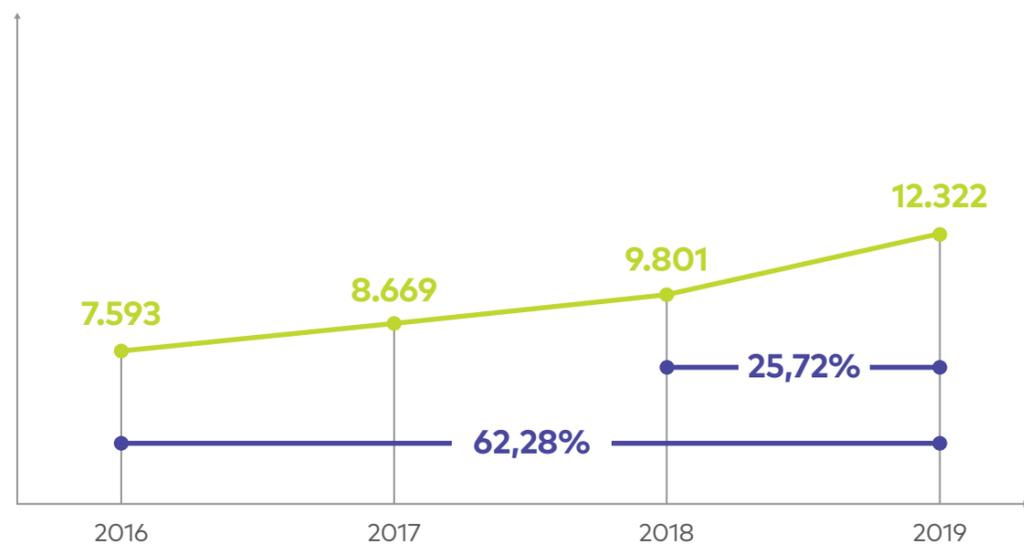
ATIVO TOTAL

EM R\$ MIL



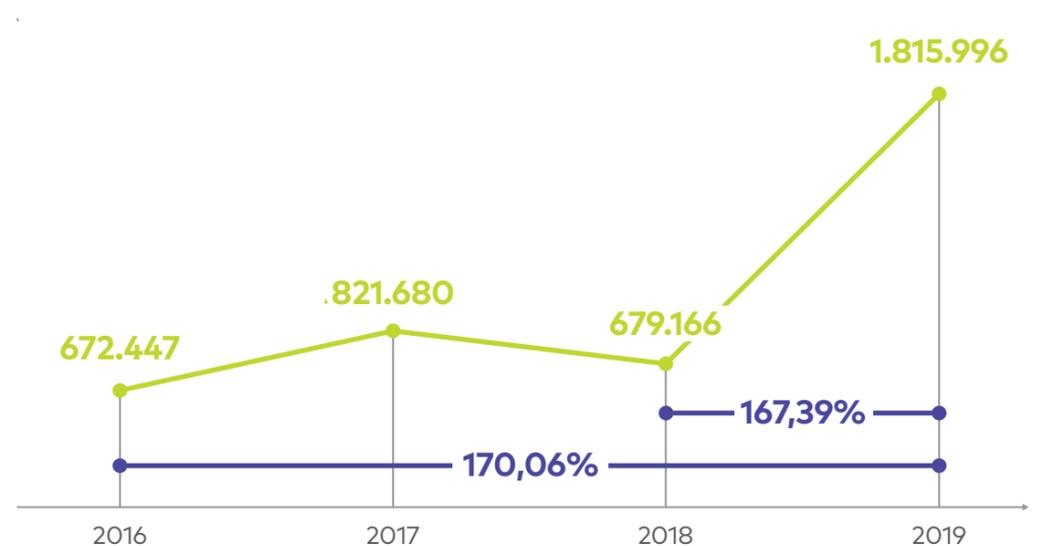
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL

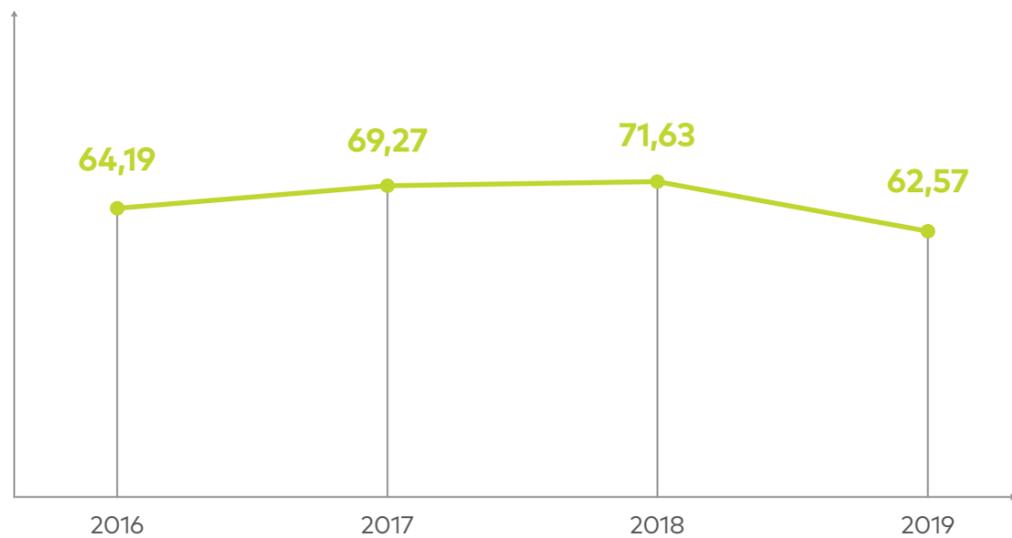


SOBRAS DO EXERCÍCIO

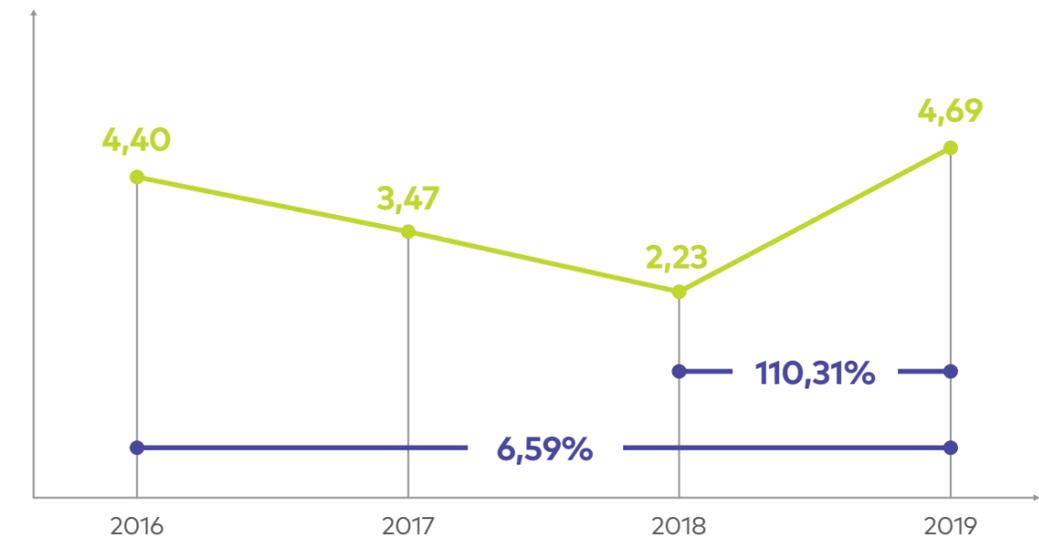
EM R\$



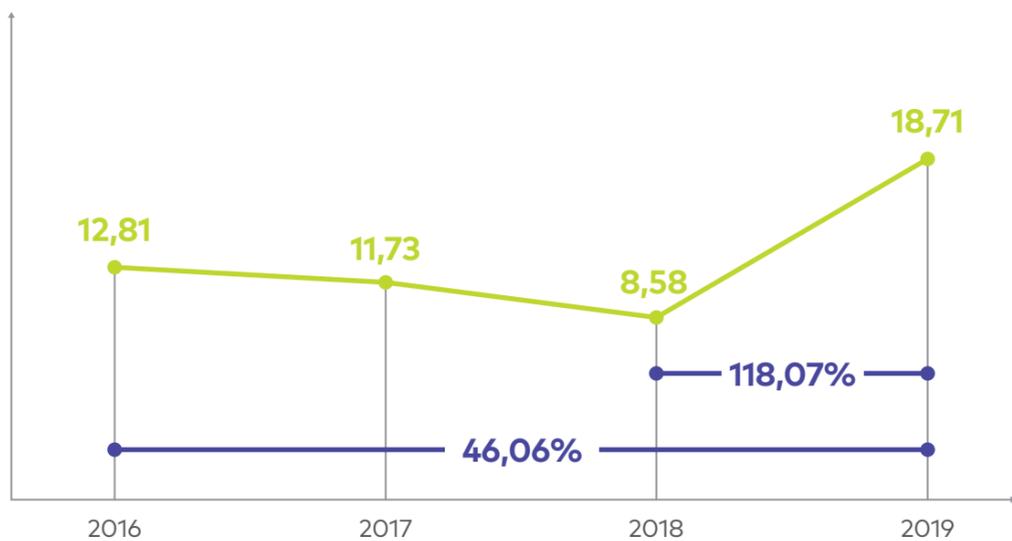
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO



RENTABILIDADE DO ATIVO - ROA



RENTABILIDADE DO PL (-JCP): ROE



GANHO SOCIAL - RENDA AGREGADA 2019

PRODUTOS	GANHO ECONÔMICO DO COOPERADO - COMPETÊNCIA 2019		VALOR ECONOMIZADO	
	SFN	SICOOB COOPREM	POR PRODUTO	ACUMULADO
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal		
CHEQUE ESPECIAL PF	12,57%	7,51%	R\$ 267.935	R\$ 267.935
EMPRÉSTIMOS	3,00%	1,67%	R\$ 2.231.281	R\$ 2.499.216
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,57%	1,04%	R\$ 6.132	R\$ 2.505.347
TARIFAS PF¹	R\$ 52,96	R\$ 7,97	R\$ 387.672	R\$ 2.893.019
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,34%	6,99%	R\$ 42.164	R\$ 2.935.184
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,77%	5,99%	R\$ 5.089	R\$ 2.940.273
CONSÓRCIO² IMÓVEIS	18,42%	8,69%	R\$ 445	R\$ 2.940.717
CONSÓRCIO² CAMINHÕES	12,93%	8,50%	R\$ 221	R\$ 2.940.939
CONSÓRCIO² VEÍCULOS	13,17%	6,20%	R\$ 3.526	R\$ 2.944.465
CONSÓRCIO² MOTOS	14,82%	7,09%	R\$ 40	R\$ 2.944.505
CONSÓRCIO² OUTROS BENS	14,91%	N/D	R\$ 0	R\$ 2.944.505
CONSÓRCIO² SERVIÇOS	15,01%	7,74%	R\$ 30	R\$ 2.944.535
CHEQUE ESPECIAL - PJ	13,15%	7,51%	R\$ 884.419	R\$ 3.828.954
TÍTULOS DESCONTADOS	2,39%	1,86%	R\$ 234.303	R\$ 4.063.256
DEPÓSITOS A PRAZO	0,44%	0,44%	-R\$ 6.588	R\$ 4.056.668
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,06%	0,98%	R\$ 1.106	R\$ 4.057.775
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,14%	1,49%	-R\$ 47	R\$ 4.057.728
TARIFAS PJ³	R\$ 93,75	R\$ 8,83	R\$ 743.912	R\$ 4.801.640
ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR)	2,11%	1,73%	R\$ 119.681	R\$ 4.921.321
ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR)	3,66%	2,75%	R\$ 180.766	R\$ 5.102.087
ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR)	5,29%	3,33%	R\$ 286.396	R\$ 5.388.484
ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO)	R\$ 0,04	R\$ 0,02	R\$ 1.533.853	R\$ 6.922.337
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS	PARA OS ACIONISTAS	PARA OS COOPERADOS	R\$ 1.815.996	R\$ 8.738.333
COOPERADOS SICOOB COOPREM				1.448
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO			R\$ 6.035	

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

Nota: Taxas do SFN (média do período).

Elaboração: Sicoob Un - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest.

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 2013).

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e con-

troles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das

discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;
- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;
- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:
 - Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
 - Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.
- na Segurança Institucional,

apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social anterior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:
 - relatório da gestão;
 - demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
 - demonstrativo dos resultados –

- das sobras ou perdas apuradas.
- destinação dos resultados;
- eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
- reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 9 membros efetivos com mandato de 3 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

3 Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 3 membros – Diretor Administrativo, Diretor Operacional e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Cofis – Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde

as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno:

Controle Interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta

apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.

Demonstrações financeiras e contábeis

Balço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		34.771.057	33.321.424	Circulante		31.885.960	28.046.696
Disponibilidades	04	1.137.218	724.028	Depósitos	10	30.921.627	27.156.688
Relações Interfinanceiras	04	20.831.587	22.276.105	Depósitos à Vista		14.620.417	12.321.869
Centralização Financeira		20.831.587	22.276.105	Depósitos a Prazo		16.301.210	14.834.819
Operações de Crédito	05	12.541.091	9.321.248	Relações de Interdependências	11	80.000	90.000
Operações de Crédito - Setor Privado		12.759.390	9.747.860	Outras Obrigações		884.333	800.008
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(218.300)	(426.613)	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	12a	5.647	24.782
Outros Créditos	06	137.382	940.091	Sociais e Estatutárias	12b	264.281	249.236
Avais e Fianças		2.574	8.823	Fiscais e Previdenciárias	12c	78.089	62.294
Rendas a Receber		97.301	114.721	Diversos	12d	536.315	463.696
Diversos		38.280	816.548				
(-) Provisão para Outros Créditos		(772)	-				
Outros Valores e Bens	07	123.779	59.952				
Outros Valores e Bens		784	903				
Despesas Antecipadas		122.995	59.049				
Não Circulante		9.437.509	4.526.831	Patrimônio Líquido	14	12.322.607	9.801.558
Realizável a Longo Prazo		7.851.630	3.406.215	Capital Social	14a	9.154.804	7.951.452
Operações de Crédito	05	8.020.122	3.535.928	Reservas de Sobras	14b	2.713.804	1.680.314
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	05	(168.492)	(129.713)	Sobras do Exercício	14c	453.999	169.792
Outros Créditos		-	-				
Investimentos	08	960.588	259.348				
Ações e Cotas		960.588	259.348				
Imobilizado de uso	09	508.952	859.184				
Outras Imobilizações de Uso		802.247	1.109.229				
(-) Depreciações Acumuladas		(293.295)	(250.045)				
Intangível		116.339	2.084				
Softwares		126.033	42.030				
(-) Amortizações Acumuladas		(9.694)	(39.946)				
TOTAL DO ATIVO		44.208.567	37.848.255	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.208.567	37.848.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ademar do Carmo Freitas
Presidente

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	1.858.458	3.857.380	2.285.935
Operações de Crédito		1.858.458	3.857.380	2.285.935
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(580.788)	(1.051.090)	(1.072.213)
Operações de Captação no Mercado	10a	(370.827)	(763.720)	(740.013)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(209.961)	(287.370)	(332.200)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.277.670	2.806.290	1.213.722
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(529.711)	(715.071)	(358.234)
Receitas de Prestação de Serviços		414.917	757.700	601.986
Receitas de Tarifas Bancárias		359.320	710.142	618.817
Despesas de Pessoal	18	(890.511)	(1.677.556)	(1.590.485)
Outras Despesas Administrativas	19	(1.113.663)	(2.009.970)	(1.418.008)
Despesas Tributárias		(27.074)	(75.485)	(92.170)
Outras Receitas Operacionais	20	257.675	509.295	401.811
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		548.970	1.217.790	1.348.294
Outras Despesas Operacionais	21	(79.344)	(146.988)	(228.478)
RESULTADO OPERACIONAL		747.960	2.091.219	855.488
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	3.037	(29.580)	(363)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		750.996	2.061.639	855.125
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.688	-	(10.759)
Provisão para Imposto de Renda		13.844	-	(4.963)
Provisão para Contribuição Social		13.844	-	(5.796)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO		(245.643)	(245.643)	(165.200)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		533.042	1.815.996	679.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ademar do Carmo Freitas
Presidente

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Sobra		Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
		Fundo de Reserva	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.043.990	1.204.898	245.570	175.407	8.669.865
Integralizações/Subscrições de Capital	496.457	-	-	-	496.457
Incorporação de Sobras	175.282	-	-	(175.282)	-
Incorporação da Reserva para Aumento de Capital	245.395	-	(245.395)	-	0
Distribuição de Sobras	-	-	(175)	(125)	(300)
Devolução de Capital	(174.290)	-	-	-	(174.290)
Incorporação de Juros ao Capital	164.618	-	-	-	164.618
Sobras	-	-	-	679.166	679.166
Reserva Legal	-	237.708	-	(237.708)	-
Fundo de Aumento de Capital	-	-	237.708	(237.708)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(33.958)	(33.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.951.452	1.442.606	237.708	169.792	9.801.558
Integralizações/Subscrições de Capital	822.081	-	-	-	822.081
Incorporação de Sobras	169.711	-	-	(169.711)	-
Distribuição de Sobras	-	-	(113)	(81)	(194)
Incorporação da Reserva para Aumento de Capital	237.595	-	(237.595)	-	-
Devolução de Capital	(268.278)	-	-	-	(268.278)
Incorporação de Juros ao Capital	242.242	-	-	-	242.242
Sobras	-	-	-	1.815.996	1.815.996
Reserva Legal	-	635.599	-	(635.599)	-
Fundo de Aumento de Capital	-	-	635.599	(635.599)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(90.800)	(90.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.154.804	2.078.205	635.599	453.999	12.322.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ademar do Carmo Freitas
Presidente

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(1.197.884)	2.314.141
Sobras Antes da Tributação e Participações	2.061.639	855.125
IRPJ / CSLL	-	(10.759)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	287.370	332.200
Provisão de Juros ao Capital	(245.643)	(165.200)
Depreciações e Amortizações	164.033	49.615
Sobras Ajustadas	2.267.399	1.060.981
(Aumento) Redução nos Ativos	(7.213.747)	(5.496.760)
Operações de Crédito	(7.952.628)	(4.544.530)
Outros Créditos	802.709	(904.613)
Outros Valores e Bens	(63.827)	(47.617)
Aumento (Redução) nos Passivos	3.748.464	6.749.920
Depósitos à Vista	2.298.547	2.506.842
Depósitos a Prazo	1.466.391	4.519.116
Relações de Interdependências	(10.000)	(299.000)
Outras Obrigações	(6.475)	22.962
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(629.296)	596.302
Aumento dos Investimentos	(701.241)	707.694
Aquisições do Imobilizado	306.982	(111.393)
Intangível	(235.037)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	795.851	486.485
Integralizações de Capital	822.081	496.457
Devolução de Capital	(268.278)	(174.290)
Distribuições de Sobras	(194)	(300)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	242.242	164.618
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	(1.031.328)	3.396.927
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	23.000.133	19.603.206
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	21.968.805	23.000.133
(Diminuição) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.031.328)	3.396.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ademar do Carmo Freitas
Presidente

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Dos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018 – (em R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE JATAÍ E REGIÃO LTDA - SICOOB COOPREM**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **02/07/2008**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPREM** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 21/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobiliza-

do, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019**, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

As aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possuem características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Numerários em Trânsito	1.137.218	724.028
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	20.831.587	22.276.105
TOTAL	21.968.805	23.000.133

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira em 2019 totalizaram R\$ 1.217.790 e R\$ 1.348.294 em 2018.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	11.730.720	6.508.318	18.239.038	12.343.802
Financiamentos	1.028.671	1.511.804	2.540.475	939.986
Total de Operações de Crédito	12.759.390	8.020.122	20.779.513	13.283.788
(-) Provisões para Operações de Crédito	(218.300)	(168.492)	(386.792)	(556.325)
TOTAL	12.541.091	7.851.630	20.392.721	12.727.463

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA								
AA	-	Normal	7.931	-	7.931	-	728.768	-
A	0,50%	Normal	8.666.063	1.074.622	9.740.684	(48.703)	8.204.171	(41.021)
B	1%	Normal	5.018.937	527.231	5.546.168	(55.462)	3.603.067	(36.031)
B	1%	Vencidas	-	-	-	-	2.285	(23)
C	3%	Normal	3.969.751	867.881	4.837.633	(145.129)	224.429	(6.733)
C	3%	Vencidas	8.114	-	8.114	(244)	2.843	(85)
D	10%	Normal	238.665	70.741	309.406	(30.941)	48.317	(4.832)
E	30%	Normal	292.670	-	292.670	(87.801)	1.868	(561)
E	30%	Vencidas	5.846	-	5.846	(1.754)	-	-
F	50%	Normal	3.000	-	3.000	(1.500)	1.998	(999)
F	50%	Vencidas	25.472	-	25.472	(12.736)	-	-
G	70%	Normal	223	-	223	(156)	-	-
H	100%	Normal	60	-	60	(60)	3.144	(3.144)
H	100%	Vencidas	2.306	-	2.306	(2.306)	462.897	(462.897)
Total Normal			18.197.300	2.540.475	20.737.775	(369.752)	12.815.763	(93.320)
Total Vencidas			41.738	-	41.738	(17.040)	468.025	(463.005)
Total Geral			18.239.038	2.540.475	20.779.513	(386.792)	13.283.788	(556.325)
Provisões			(343.036)	(43.756)	(386.792)	(556.325)		
Total líquido			17.896.002	2.496.719	20.392.721		12.727.463	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.515.418	6.215.302	6.508.318	18.239.038
Financiamentos	289.246	739.425	1.511.804	2.540.475
TOTAL	5.804.664	6.954.727	8.020.122	20.779.513

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	8.834.990	579.208	9.414.198	45%
Setor Privado - Serviços	7.368.936	871.068	8.240.004	40%
Pessoa Física	2.016.790	1.090.200	3.106.989	15%
Outros	18.322	-	18.322	0%
TOTAL	18.239.038	2.540.475	20.779.513	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	556.325	225.405
Constituições / Reversões	286.599	341.955
Transferência para prejuízo	(456.132)	(11.035)
TOTAL	386.792	556.325

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.404.896	7,00%	932.511	7,00%
10 Maiores Devedores	7.019.247	34,00%	4.539.985	34,00%
50 Maiores Devedores	13.929.080	67,00%	9.588.598	72,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	722.489	794.008
Valor das operações transferidas no período	456.132	11.035
Valor das operações recuperadas no período	(449.474)	(82.554)
TOTAL	729.147	722.489

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados	2.574	8.823
Rendas a Receber	97.302	114.721
Serviços prestados a receber	22.659	6.610
Outras rendas a receber	641	579
Rendimentos Centralização Financeira - Central (I)	74.002	107.532
Diversos	38.280	816.548
Adiantamentos e antecipações salariais	1.022	2.934
Impostos e contribuições a compensar	26.966	-
Títulos e créditos a receber	9.510	812.354
Devedores diversos - país	782	1.260
(-) Provisões para outros créditos	(772)	-
(-) Com características de concessão de crédito (II)	(772)	-
TOTAL	137.382	940.091

(I) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNI referente ao mês de dezembro de 2019.

(II) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Outros Valores e Bens - Material em Estoque	784	903
Despesas Antecipadas	122.995	59.049
TOTAL	123.779	59.952

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Uni	794.915	114.860
Participações inst. Financ. controlada coop. Crédito - Bancoob	165.673	144.488
TOTAL	960.588	259.348

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (I)		-	696.633
Instalações	10%	8.734	8.734
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(8.173)	(8.000)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	171.981	167.631
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(83.692)	(68.881)
Sistema de Comunicação	20%	5.600	5.600
Sistema de Processamento de Dados	20%	574.143	188.841
Sistema de Segurança	10%	41.790	41.790
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(201.431)	(173.164)
TOTAL		508.952	859.184

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	14.620.417		12.321.869	
Depósito a Prazo	16.301.210	0,33%	14.834.819	0,42%
TOTAL	30.921.627		27.156.688	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(723.772)	(705.449)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(39.948)	(34.564)
TOTAL	(763.720)	(740.013)

b) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	2.984.543	10%	1.836.659	7%
10 Maiores Depositantes	11.983.855	39%	8.396.207	31%
50 Maiores Depositantes	20.217.496	65%	17.057.455	63%

11. Relações de Interdependências

Os recursos de terceiros que estão em poder da cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem. Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

12. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - IOF (I)	5.319	24.608
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	328	174
TOTAL	5.647	24.782

(I) São alocadas nesta conta as provisões dos Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) Valores referentes ao IOF das aplicações e resgates em RDC.

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com Associados (i)	90.800	120.762
Resultado de Atos com não Associados (i)	137.324	96.016
Cotas de Capital a Pagar (ii)	36.157	32.458
TOTAL	264.281	249.236

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	5.256
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.856	1.328
Impostos e Contribuições sobre Salários	68.254	51.837
Outros	7.979	3.873
TOTAL	78.089	62.294

d) Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	1.325
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (I)	221.576	151.759
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	185.855	179.214
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (III)	36.162	11.809
Credores Diversos – País – Valores a Processar (IV)	92.722	119.588
TOTAL	536.315	463.696

(I) Refere-se a saldo de conta salário.

(II) Saldo respectivo a encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(III) Provisão para garantias financeiras prestadas em operações de aval, fiança ou garantias bem como de cessão de dívidas/obrigações em operações que tenham por finalidade a viabilização de empréstimos/financiamentos.

(V) Refere-se a valores a processar.

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPREM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	9.154.804	7.951.453
Quantidade de Associados	1.448	1.344

b) Reserva de sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 35%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para aumento de capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 35%, utilizada para aumento de capital.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31/12/2019, no valor de R\$ 169.792.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.815.996	679.166
Sobra líquida do exercício	1.815.996	679.166
Destinações Estatutárias	(1.361.997)	(509.374)
FATES (5%)	(90.800)	(237.708)
Fundo de Reserva (35%)	(635.599)	(237.708)
Fundo de Aumento Capital (35%)	(635.599)	(33.957)
Sobras à disposição da AGO	453.999	169.792

15. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	29.650	21.717
Rendas de Empréstimos	2.438.981	1.423.039
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	741.767	681.517
Rendas de Financiamentos	197.508	89.353
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	449.474	70.309
TOTAL	3.857.380	2.285.935

16. Operações de Captação no Mercado

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(723.772)	(705.449)
Desp. Contribuição a Fundo Garantidor de Créditos	(39.458)	(34.564)
TOTAL	(763.720)	(740.013)

17. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(14.466)	(23.259)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(348.324)	(329.766)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(280.928)	(229.598)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(324.914)	(301.964)
Despesas de Pessoal - Proventos	(703.361)	(690.895)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(3.584)	(14.643)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.980)	(360)
TOTAL	(1.677.556)	(1.590.485)

18. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2019	2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(47.896)	(34.420)
Despesas de Aluguéis	(38.018)	(27.837)
Despesas de Comunicações	(81.842)	(105.244)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(26.854)	(33.402)
Despesas de Material	(24.393)	(25.025)
Despesas de Processamento de Dados	(148.200)	(180.916)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(35.979)	(5.488)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(54.391)	(42.669)
Despesas de Seguros	(18.528)	(17.127)
Despesas de Publicações	(1.555)	(8.662)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(360.762)	(253.160)
Despesas de Serviços de Terceiros	(88.989)	(29.373)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(74.579)	(80.542)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(156.052)	(78.482)
Despesas de Transporte	(127.460)	(116.661)
Despesas de Viagem no País	(13.826)	(34.634)
Outras Despesas Administrativas	(546.613)	(294.749)
Despesas de Amortização	(120.782)	(4.993)
Despesas de Depreciação	(43.250)	(44.622)
TOTAL	(2.009.970)	(1.418.008)

19. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação de Encargos e Despesas	20.022	427
Dividendos	19.988	15.240
Crédito Receita Sipag - Faturamento	170.676	67.669
Crédito Receita Sipag - Antecipação	209.426	94.359
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	18.041	-
Outras Rendas Operacionais	12.345	54.037
Distribuição de Sobras da Central	3.901	170.081
Rendas Juros Cartão De Crédito	29.525	-
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	3.064	-
Juros ao Capital	22.308	-
TOTAL	509.295	401.811

20. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	3.377	-
(-) Perdas de Capital	(32.957)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(363)
Resultado Líquido	(29.580)	(363)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da coopera-

tiva, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	9.185.922	12,14%	41.091
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	276.559	0,37%	1.383
TOTAL	9.462.481	12,51%	42.474
Montante das Operações Passivas	2.783.938	7,06%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	19.153	212	10,20%
Conta Garantida	43.974	442	10,97%
Empréstimo	1.343.942	8.259	9,35%
Financiamento	426.166	2.927	16,78%
Títulos Descontados	360.850	1.804	11,03%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	2.040.632	13,96%	0%
Depósitos a Prazo	3.481.520	21,36%	0,35%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,95%	1,49%
Empréstimos	1,84%	De 0,79% + CDI até 2,99%
Financiamento	1,05%	de 0,99% até 1,69%
Aplicação Financeira - Pós-Fixada	90,13%	de 80% até 95%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	5,13%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	8,95%
Aplicações Financeiras	7,06%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	62.828
Empréstimo	2.302.729
Financiamento	1.245.206

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
135.542	143.748

f) No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(14.466)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(348.324)
Encargos Sociais	(72.202)

22. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE JATAI E REGIÃO LTDA - SICOOB COOPREM, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPREM responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB UNI:

23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	12.088.088	9.752.485
Capital Principal - CP	3.143.684	2.415.025
Nível I	3.143.684	2.415.025
Índice de Basileia %	46,14%	48,46%
Razão de Alavancagem (RA) %	25,38%	24,09%
Índice de imobilização %	4,21%	8,81%
Ativos Ponderados	26.197.368	20.125.211

26. Passivos contingentes e provisões para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPREM**, em 31 de dezembro de 2019, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo.

Ademar do Carmo Freitas
Presidente

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Jataí e Região Ltda. – Sicoob Cooprem Jataí/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Jataí e Região Ltda. – Sicoob Cooprem, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Cooprem em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Cooprem é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 13 de março de 2020.
Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF – 019481/O-4
CNAI 2090

Parecer do Conselho Fiscal

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Jataí e Região Ltda., reunidos especialmente para dar Parecer sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras do Exercício encerrado em 31/12/2019, declaram, para os devidos fins, que examinaram e confirmaram as contas, inspecionaram os livros atinentes através do processo de amostragem, constatando estarem devidamente corretos e em ordem.

Jataí – GO, 18 de março de 2020.

Marco Aurelio Oliveira Vilela
Conselheiro Fiscal

Lucio Soares Ferreira
Conselheiro Fiscal

Giovane Ferreira de Carvalho
Conselheiro Fiscal

Nossa Agência

Sicoob Cooprem

Rua José Manoel Vilela, 483

Centro - Jataí

Tel: (64) 3632-1300



